

O que é e onde começa a pós-modernidade?

Tania Coelho dos Santos

Pós-doutorado no Departamento de Psicanálise de Paris VIII
Professor Associado, Nível IV no Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica/UFRJ
Pesquisadora do CNPQ nível 1 C
Presidente do Instituto Sephora de Ensino e Pesquisa de Orientação Lacaniana/ISEPOL
Psicanalista Membro da École de La Cause Freudienne, da Escola Brasileira de Psicanálise e
da Associação Mundial de Psicanálise
Membro da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental
Editora de aSEPHallus Revista de Orientação Lacaniana
E-mail: taniaacs@openlink.com.br

Resumo: Parto de um ponto de vista histórico. Admito que uma revolução social e cultural ocorreu ao final dos anos 1960. Estes acontecimentos sociais sucederam o incrível desenvolvimento econômico que grande parte do mundo vai experimentar depois das perdas catastróficas infligidas pela segunda guerra mundial. A pós-modernidade é esta revolução nos costumes que começa a ser preparada ao longo dos anos 50, período em que muitas nações vão conhecer um crescimento industrial e tecnológico estupendo. Do nosso ponto de vista, a condição pós-moderna inaugura-se juntamente com os acontecimentos de maio de 1968 em todo mundo. Uma avaliação mais justa, entretanto, exige alargar o escopo temporal e analisar suas pré-condições históricas.

Palavras-chave: revolução, modernidade, pós modernidade.

What is post-modernity? When does it begin?

I start from a historical point of view. I admit that a social and cultural revolution took place in the late 1960s. These social events followed the incredible economic development that much of the world will experience after the catastrophic losses inflicted by World War II. Post-modernity is this revolution in manners that is beginning to be prepared throughout the 1950s, a period when many nations will experience stupendous industrial and technological growth. From our point of view, the post-modern age opens with May 1968 events around the world. A fairer assessment, however, requires widening the temporal scope and analyzing its historical preconditions.

Keywords: revolution, modern age, post-modernity.

Que'est-ce que la postmodernité? Quand commence-t-elle?

Je pars d'un point de vue historique. J'admets qu'une révolution sociale et culturelle a eu lieu à la fin des années 1960. Ces événements sociaux ont suivi l'incroyable développement économique que connaîtra une grande partie du monde après les terribles pertes causées par la Seconde Guerre mondiale. La postmodernité est cette révolution des mœurs qui commence à être préparée tout au long des années 50, période au cours de laquelle de nombreux pays

connaîtront une croissance industrielle et technologique spectaculaire. Événements de mai 1968 à travers le monde. Une évaluation plus juste nécessite toutefois d'élargir la portée temporelle et d'analyser ses conditions préalables historiques.

Mots-clés: révolution, modernité, postmodernité.

A Era de Ouro (1945-1990)

Parto de um ponto de vista histórico. Admito que uma revolução social e cultural ocorreu ao final dos anos 1960. Estes acontecimentos sociais sucederam o incrível desenvolvimento econômico que grande parte do mundo vai experimentar depois das perdas catastróficas infligidas pela segunda guerra mundial. A pós-modernidade é esta revolução nos costumes que começa a ser preparada ao longo dos anos 50, período em que muitas nações vão conhecer um crescimento industrial e tecnológico estupendo com efeitos de aumento notável no acesso a uma melhor qualidade de vida e ao consumo de bens e serviços, por parte de uma parcela considerável da população desses países. Muito rapidamente, o acesso à televisão, ao automóvel, às viagens ao exterior, aos telefones particulares, às máquinas de lavar e outros eletrodomésticos, tornaram o padrão de vida do cidadão médio comparável ao que, até então, somente indivíduos muito ricos podiam alcançar e desfrutar. A Era de Ouro ou, os anos dourados de acordo com Éric Hobsbawn (2016), foram sem dúvida a pré-condição para uma profunda mudança nas aspirações individuais e na natureza dos laços coletivos. Do nosso ponto de vista, a condição pós-moderna inaugura-se juntamente com os acontecimentos de maio de 1968 em todo mundo. Já expus¹ essa opinião quando explorei esse tema seguidas vezes. Uma avaliação mais justa, entretanto, exige alargar o escopo temporal e analisar suas pré-condições históricas. O apelo a uma abordagem histórica e não apenas conceitual é o que motiva este artigo.

O historiador Tony Judt (2008) descreve com grande riqueza de dados o período entre 1950-1970 que ele chamou de “A era da prosperidade”. Para melhor caracterizá-la cita Harold Macmillan² (2-07-1957) “Sejamos francos: a maioria do nosso povo nunca viveu tão bem!” (p. 331) Cita também J.B. Priestley³ que cunhou o termo Admass (advertising+mass media) para definir o sistema de produtividade crescente, mais a inflação, mais a melhoria do padrão de vida, mais a publicidade e marketing agressivo, mais comunicações de massa, mais a democracia cultural e a criação da mentalidade-massa, do homem massa” (p. 331). A abundância econômica e a rápida transformação tecnológica e cultural, no final dos anos

1950, refletirá o impacto comercial do baby-boom por meio de um surto de produtos infantis como carrinhos de bebê, fraldas, comida especial, roupas, livros, jogos e brinquedos.

Judt salienta que, por volta de 1957, pela primeira vez na história da Europa os próprios jovens começam a comprar. É preciso lembrar que a “juventude” não existia. Em famílias tradicionais, crianças permaneciam crianças até deixarem a escola e entrarem no mercado de trabalho, quando se tornavam adultos. Para a maioria das pessoas, a família sempre fora uma unidade de produção e não de consumo. Foi a primeira vez que os ganhos financeiros de um membro mais jovem da família deixaram de ser utilizados para o pagamento das despesas coletivas. E eles podiam agora guardar a totalidade dos seus vencimentos para gastar como quisessem: “O sintoma mais óbvio desse novo poder aquisitivo dos adolescentes transpareceu no vestuário. (...) Ter roupa específica, de acordo com a faixa etária, era importante como afirmação de independência e mesmo de rebeldia. (...) Mas, do ponto de vista econômico, roupas não foram a mudança mais importante introduzida pelos hábitos de consumo dos adolescentes: os jovens gastavam bastante dinheiro em roupas, mas gastavam ainda mais – muito mais – em música” (p. 355).

Porém, os adolescentes europeus do final dos anos 50 e do início dos anos 60 não pretendiam mudar o mundo pois, tinham crescido com segurança e prosperidade. Mas, Judt ressalta que estes jovens bombardeados pela indústria publicitária eram a ponta de lança de um processo revolucionário. A partir de meados dos anos 1950 a escolha do consumidor tornou-se a preocupação central do marketing. E o consumo dos jovens – cigarros, bebidas, motocicletas, roupas, calçados, maquiagem, revistas, discos, rádio – tornou-se uma imensa fonte de dinheiro até então inexplorada. O aspecto mais curioso deste período é que esses jovens consideravam esses bens e serviços como direitos seus dos quais tinham sido, eventualmente, privados no passado e não sonhos e fantasias aos quais jamais puderam alcançar anteriormente. O que explica essa percepção das coisas, para muitos observadores desta época, foi a adoção pela Europa de todas as práticas e anseios da modernidade norte-americana. Os europeus estavam se americanizando. Embora os intelectuais europeus se queixassem do mundo sem alma, da mentalidade consumista e do capitalismo desmedido dos americanos com seu cosmopolitismo massificador, o sucesso das linhas de produção, o fascínio pelos filmes e pela moda já conquistava a velha Europa desde o período entre guerras.

Hobsbawn (2016), por sua vez, destaca a abrangência dessas mudanças extraordinárias e muito aceleradas que atingiram as partes desenvolvidas do mundo – a parte central e ocidental da Europa e da América do Norte, além dos extratos sociais mais abastados de todos

os outros lugares. O ponto sobre o qual repousa nosso interesse pode ser resumido na seguinte constatação de Hobsbawn (2016): “Foi preciso algum tempo para avaliar a transformação de crescimento material quantitativo em distúrbios qualitativos da vida, mesmo naquelas partes do mundo”. (p. 283) Exagerando um pouco, o conhecido historiador acrescenta que a Idade Média acabou de repente em meados da década de 1950 ou, talvez, sentiu-se que ela acabou na década de 1960.

Ainda de acordo com Hobsbawn (2016), a mudança social mais impressionante foi a rápida redução da população agrícola, mesmo em países onde a industrialização não prosperou. Ao mesmo tempo, cresceu exponencialmente a produção de alimentos graças à mecanização da maior parte da terra do mundo e de suas ilhas. Só parcialmente, isso se deveu ao progresso agrícola, pelo menos nas antigas áreas camponesas. Marx previra que a industrialização eliminaria o campesinato mas, em países onde faltou este desenvolvimento como a Colômbia e o Peru, o campo esvaziou-se em benefício dos movimentos de guerrilha. E quando o campo se esvazia, as cidades se enchem. A rápida urbanização foi acompanhada de revoluções no transporte público que permitiram às civilizações mais avançadas uma certa desconcentração urbana. O mesmo não acontece nos países mais pobres, onde a péssima qualidade do transporte público vai levar a uma forte concentração urbana em favelas e cortiços muito insalubres.

O crescimento econômico aumentou a oferta de ocupações profissionais que requeriam ensino secundário ou superior. A alfabetização fez um progresso extraordinário, inclusive, nos países comunistas. A explosão na educação universitária é especialmente relevante para uma análise do advento da pós-modernidade. Kurlansky (2005) observa que após a guerra da Argélia até o ano de 1967, o salário na França, por exemplo, aumentou 3.6 por cento a cada ano. Houve, como em outras partes do mundo desenvolvido, uma rápida elevação na aquisição de bens de consumo. E um drástico aumento do número de jovens nas universidades, graças ao esforço decidido de seus pais que acreditavam estar lhes oferecendo uma chance de conservar ou de alcançar renda e status social melhor. Que razões teriam estes jovens para rebelar-se de forma tão incandescente, quando tudo parecia ir às mil maravilhas? Os estudantes mostraram ter se tornado uma força social e política e, em 1968, explosões de radicalismo estudantil bem o demonstraram. Raymond Aron (1968) as reduziu a um psicodrama ou um teatro de rua. Uma análise deste assunto merece um tratamento pormenorizado neste artigo pois os acontecimentos de maio de 1968 são essenciais, do meu ponto de vista, para a compreensão do que é e de onde começa a pós-modernidade. Vamos nos dedicar especialmente a eles mais adiante.

Hobsbawm (2016) diferentemente de Aron (1968), acredita que se tratou de uma genuína manifestação de descontentamento político e social à qual faltou efetividade, pois não alcançou inflamar suficientemente os grupos maiores (embora tenham provocado greves operárias). O fracasso relativo se explica pelo fato de que depois de 20 anos de melhorias sem paralelos, a revolução era a última coisa em que pensavam as massas proletárias. Estudantes sentiam que tudo podia ser diferente e melhor, só não sabiam o que, nem como. É notável que a revolta tenha eclodido, justamente, entre os estudantes universitários que não tinham muitos motivos para sentir-se insatisfeitos. O historiador se pergunta: “a Era de Ouro teria sido um exemplo de ‘incomum combinação keynesiana’ de crescimento econômico numa economia capitalista baseada no consumo de massa de uma força de trabalho plenamente empregada e cada vez mais bem paga e protegida?” (p. 276) Explica que essa construção política se apoiou no consenso entre esquerda e direita na maioria dos países “ocidentais”, entre patrões e organizações trabalhistas, de molde a manter as reivindicações salariais dos trabalhadores dentro de limites que não afetassem os lucros e, sobretudo, as perspectivas de lucros futuros. Afinal, sem enormes investimentos não voltaria a acontecer o crescimento da produtividade da mão de obra que se viu na Era de Ouro. Foi um pacto aceitável para todos os envolvidos. Os patrões não se incomodavam em pagar salários altos num período de lucros altíssimos. Um Estado previdenciário cada vez mais abrangente e generoso passou a existir lado a lado com uma economia de consumo de massa e pleno emprego. Governos reformistas, rooseveltiano no EUA e social democrata em praticamente toda a Europa Ocidental testemunham essa tendência histórica a compensar as desigualdades sociais engendradas pelo capitalismo.

Na década de 60, o centro de gravidade do consenso mudou das grandes lideranças políticas para a do sistema capitalista. Dwight Eisenhower, K. Adenauer, Harold Macmillan e Charles De Gaulle saíram do centro da cena política. O aspecto que nos interessa mais neste artigo é o paralelo aparentemente paradoxal entre a mudança para a esquerda e a emergência de Estados de Bem-estar com grandes gastos em seguridade social, manutenção de renda, assistência e educação. O capitalismo tornou a compensação das desigualdades possível. É bastante convincente a constatação do historiador de que a súbita e quase mundial explosão de radicalismo estudantil em 1968 pegou de surpresa políticos e intelectuais mais velhos. Muito embora, sociólogos como Touraine (1968) insistam em apontar que havia desemprego, a despeito do índice favorável de satisfação entre os operários franceses. Parece mais razoável estranhar tanta insatisfação em plena experiência inédita de abundância.

Este paradoxo entre radicalismo político e bem-estar social é o fenômeno que mais causa surpresa ainda nos dias de hoje. A revolta contra a autoridade, valores, costumes e comportamentos das gerações mais velhas e, até mesmo, da tradição ocidental cristã, ainda é o fenômeno que mais nos intriga. Não é a falta ou a privação da satisfação, aparentemente, que induz à rebeldia e sim, talvez, o excesso inebriante de facilidades que a geração emergente experimenta e que parece engendrar, paradoxalmente, a expectativa de experimentar mais satisfações ainda. Em artigos recentes tenho ensaiado compreender essa lógica por meio do mecanismo psíquico do desmentido do desamparo. A dimensão essencial da falta como causa do desejo e, até mesmo, a dimensão do impossível da satisfação absoluta parecem enfrentar uma rejeição patológica. A promessa de um mundo onde o estado de felicidade e de satisfação seria sem limites, parece conduzir sobretudo os mais jovens a não aceitar que o paraíso na terra é simplesmente impossível de realizar. A incitação ao “parricídio” é uma bandeira constante do comportamento de publicitários e jornalistas. O horror ao passado e a promessa de futuros cada vez mais livres e lindos, desautoriza o esforço de transmissão dos valores sócio culturais e da experiência dos mais velhos, dificultando muito o trabalho educativo. O sonho de reinventar permanentemente os costumes, os valores e as maneiras de viver sobrecarrega os mais jovens com expectativas irrealizáveis e aos mais velhos com o esforço desmesurado para conter os excessos improdutivos e deletérios do comportamento juvenil. A adolescência dura cada vez mais tempo e, muitas vezes, assistimos perplexos ao comportamento de pessoas adultas que não reconhecem limite algum em seu esforço interminável de “questionamento” da ordem social.

As revoluções de maio de 1968

Kurlansky (2005), jornalista e escritor, dedicou-se a uma pesquisa acerca dos acontecimentos de maio de 1968 em diferentes lugares do mundo. Nos Estados Unidos, na França, em Praga, na Polônia, na Alemanha e também em alguns países da América do Sul. Sua pesquisa é abrangente e contou com informantes privilegiados além das melhores bibliotecas do mundo. É um livro de jornalista. Não é um filósofo, nem um historiador, muito menos ainda um psicanalista. Seu entusiasmo pela rebeldia é manifesto: “E agradeço a todos que disseram ‘Não!’ e, mais especialmente, a todos os que ainda estão dizendo.” (p. 8) Foi um ano fora do comum e que abalou o mundo irreversivelmente:

Nunca houve um ano como 1968 e é improvável que volte a haver. Numa ocasião em que nações e culturas ainda eram separadas e muito diferentes –, em 1968, Polônia, França, Estados Unidos e México eram muito mais diferentes um do

outro do que são hoje – ocorreu uma combustão espontânea de espíritos rebeldes no mundo inteiro. (...) Único em 1968 foi o fato de que as pessoas rebelaram-se em torno de questões disparatadas e tiveram em comum apenas seu desejo de se rebelar, suas ideias sobre como fazer isso, uma sensação de alienação da ordem estabelecida e um profundo desagrado pelo autoritarismo sob qualquer forma. Onde havia comunismo, rebelaram-se contra o comunismo; onde havia capitalismo, voltaram-se contra isso. Os rebeldes rejeitaram a maioria das instituições, dos líderes políticos e dos partidos políticos. (p. 13-14)

Em sua análise acerca das causas de tamanha insatisfação política e social, Kurlansky privilegia o movimento pelos direitos civis, contra as guerras universalmente odiadas como a do Vietnã, os sentimentos de uma geração que se considerava alienada a ponto de rejeitar todas as formas de autoridade e o aparecimento da televisão que permitia a transmissão num mesmo dia dos acontecimentos em qualquer parte do mundo. As pessoas descobriram que estavam usando as mesmas táticas. Com novos instrumentos, como os satélites de comunicação e fitas de vídeo baratas, os acontecimentos passaram a se propagar em tempo real e se tornaram imediatos. A era da aldeia global havia chegado!

Aron (1968) não esconde seu profundo desgosto pelos acontecimentos desta época. Na França, a revolução apresenta um caráter duplo. O primeiro objetivo teria sido o de fomentar o poder do estudante na universidade e depois a revolução política. No primeiro caso, tratou-se de uma tentativa de transformar a estrutura e a organização da universidade enquanto tal. No segundo caso, uma minoria de estudantes e professores de inspiração revolucionária - à esquerda do partido comunista ligado ao PSU - à juventude marxista-leninista e aos grupos trotskistas ou maoístas, conhecidos pela alcunha de “enragés” (radicais) com tendência anarquista ou castrista, desencadearam um movimento em Nanterre que logo esparramou-se por outros campi universitários.

O termo revolucionário não é pejorativo. Nesta época, na França, quem não se considerava revolucionário era suspeito. A tentativa de revolução política e social a partir da revolução universitária desenrolou-se entre 24 e 31 de maio. Os estudantes enviavam delegações às usinas e indústrias convocando uma greve geral. O partido comunista e os operários, entretanto, não perderam a noção da diferença essencial entre estudantes e operários, perguntavam-se: na universidade, quem tem atividade remunerada apta a assegurar o próprio sustento? E nenhum Estado digno deste nome confiaria a gestão das universidades àqueles que, não só não eram aptos a assegurar o próprio sustento, como recebiam

gratuitamente os meios de se instruírem com o objetivo de vir a ter, no futuro, uma profissão bem remunerada. Sendo assim, por que os estudantes se revoltaram em outras partes do mundo também, inclusive nos países comunistas?

O autor aponta as causas comuns: mal-estar na juventude em geral e nos estudantes em particular. Não importavam tanto as ideologias, os pesares e os objetivos, pois eram todos no fundo niilistas. É niilista a interpretação da revolta como oposição à sociedade industrial, que teria ocorrido ao mesmo tempo no ocidente e na república soviética. Acredita que é preferível pensar que a situação dos estudantes se tornou anormal e marginal em todas as ordens sociais. O prolongamento do aprendizado de uma profissão até 23 anos (ou até mais ainda), de rapazes e moças que já tinham atingido a maturidade fisiológica humana desde os quatorze ou quinze anos, comporta uma contradição entre a consciência que esses jovens têm deles mesmos como jovens adultos e uma situação de dependência à margem das responsabilidades da vida adulta. Estavam condenados a aprender, mas essa situação só interessava a uma pequena parte deles que provinham de classes privilegiadas. Ninguém pensou nas consequências de viver uma vida infantilizada. Na Universidade de Paris 130000 estudantes estavam concentrados numa grande cidade e muitos deles não tinham o menor interesse em estudar. Era potencialmente explosivo! Eles sofriam de uma neurose de superpopulação num espaço muito estreito. Para compreender a revolução de maio é preciso entender as motivações emocionais de seus atos e palavras. Eles viveram um psicodrama. Encenaram com entusiasmo no início e, depois, com inquietações crescentes e, talvez ao final, tenham experimentado amargura e desilusão.

Aron foi um reconhecido professor titular da Faculdade de Filosofia, que reconheceu que o engessamento da universidade num modelo único e a falta de autonomia das diferentes universidades para atender as particularidades de seus estudantes foi um motivo importante para o mal-estar dos estudantes. Além disso, nas faculdades de Letras, Ciências Humanas, Direito e outras, enfatizava-se excessivamente a cultura geral, teoria ou ciência pura. A maior parte era preparada para vir a ser professor ou, até mesmo, professor universitário. Nos outros cursos, o número de anos adicionais de estudos necessários para que o estudante entre no mercado de trabalho era desanimador. Faltavam portas de saída. Recebendo um número cada vez maior de alunos, a universidade fracassou em verificar que empregos eles poderiam ter.

Alain Touraine (1968) conhecido professor de sociologia na Universidade de Nanterre – epicentro da eclosão da revolta estudantil - também testemunha ocular dos acontecimentos é bem menos cético que seu colega. Defende a tese de que o movimento social de maio não foi exatamente uma ação política. Ele nos é apresentado como uma expressão do comunismo

utópico, um século depois do socialismo utópico e do nascimento da sociedade tecnocrática. Ele não produziu uma revolução, não tomou nem pretendeu tomar o poder. Ele destruiu a ilusão de uma sociedade reconciliada com ela mesma graças ao crescimento e a prosperidade, substituindo a miragem do bem comum e da racionalidade social pelo redespertar das contradições e das lutas sociais: “Ele reinventou, no coração de uma crise de mutação social, a luta de classes” (p. 13).

A análise crítica de Touraine se esforça em separar os sentidos que o acontecimento de maio misturou. Pois, ele não teria sido tão profundamente criativo pelo que exprimiu intensamente e sim pelo combate que perdeu. A agitação cultural não teria sido o aspecto mais significativo e promissor pois foi muito mais uma reação às novas formas de poder e dominação do que, efetivamente, uma ação política. A sociedade francesa, afinal, não estava mais em guerra, modernizava-se e enriquecia, a despeito da reaparição do desemprego. A liberação súbita e forças e necessidades reprimidas pela civilização tecnicista e a sociedade capitalista despertou admiração e indignação. A vontade de ruptura não tinha, entretanto, nem programa nem organização. De acordo com Touraine não se tratava de uma recusa de aderir à sociedade industrial e sua cultura tecnológica e sim da revelação das contradições e novos conflitos sociais no coração da sociedade:” O movimento não se localiza fora dele, mas em seu centro” (p. 9).

Um tipo novo de sociedade adveio na dependência do progresso tecnológico, da mobilidade dos fatores de produção e da capacidade de programar, gerir grandes organizações que exploram a mão de obra por meio de aparelhos de produção e de decisão cada vez mais potentes, manipulando os consumidores e integrando em seu funcionamento a massa trabalhadora. É o próprio homem que se transforma globalmente, bem como as lutas de classe. Toda a sociedade está afetada pelos novos conflitos de interesse. A vida urbana, a utilização de necessidades e recursos, educação, transportes, tudo afeta a participação social. Os tecnocratas incitavam à adaptação generalizada. Ao que o movimento de maio teria respondido: exprimam-se! É o poder de decidir, de influenciar, de manipular e não apenas o de apropriar-se do lucro que está em jogo: “Tal é a natureza do conflito que se revela em maio” (p. 11). Por esta razão: “Aqueles para quem a luta de classes não pode dirigir-se senão contra a propriedade capitalista surpreenderam-se com a natureza do movimento, tanto quanto estes que acreditavam no fim das ideologias e dos conflitos de classes nas sociedades industriais.” (p. 10).

A sociedade francesa e suas instituições continuavam, entretanto, organizadas de modo bastante tradicional, ou como prefere nomear o autor, arcaicas. A crise sobreveio como

reação às contradições entre tecnocratas e operadores-consumidores da sociedade da época. E também às contradições entre as realidades técnicas e culturais desta sociedade e as formas de organização e institucionalização herdadas do passado. O movimento instalou-se na dobradiça entre duas sociedades. Mas não enfrentou cara a cara seu adversário. Reclamou a modernização das estruturas da utopia dominante. E criou, ao mesmo tempo, uma contrautopia libertária, antiautoritária, comunitária e espontaneísta. Mas, como não havia uma taxa de desempregados suficiente para despertar a classe operária, o movimento não alcançou a dimensão de um evento revolucionário.

A contestação de todas as formas de autoridade foi ativa e quase geral. A proclamação revolucionária vela, de fato, uma obra de modernização das estruturas educativas nos Liceus e também das organizações profissionais. Nos EUA, os movimentos pelos direitos civis dos negros e contra a guerra do Vietnã encontrou a universidade americana muito mais disposta a negociar. Na Alemanha e na Itália, a luta contra a estrutura arcaica e autoritária durou um tempo bem grande. Porque lá, esse problema foi enfrentado num ambiente bastante reativo e hostil. Na França, simplesmente as autoridades universitárias não reagiram à altura. A contrário, desorganizaram-se. Ou, talvez, como Aron apontou, grande parte dos professores comportou-se como se fossem também alunos revoltados. Em lugar de enfrentarem cara a cara seus adversários – as autoridades universitárias – os estudantes foram para as ruas mobilizar greves operárias.

Aron (1968), sobre esse equívoco, relata: “O psicodrama revolucionário permanece obcecado pelos precedentes. Tão logo a Assembleia dos professores da Sorbonne decidiu transmitir seus poderes, ou transmitir o poder de elaborar as reformas a uma Assembleia plenária onde teriam assento todos os professores de todos os níveis, um professor evocou espontaneamente uma grande lembrança: ‘Meus colegas, é a noite de 4 de agosto.’” (p. 65) Questionando essa associação pueril entre os eventos de maio e a revolução francesa, Aron acrescenta: “De novo, correndo o risco de chocar alguns, julgo derrisória esta referência à noite de 4 de agosto. À rigor, os portadores de toga teriam imitado os portadores de perucas se eles tivessem decretado, solenemente, que não subsistiria doravante senão uma só categoria de professores sem discriminação de índices.” (p. 65)

Acredito que a despeito de suas considerações divergentes acerca da importância da luta de classes como estopim da crise, Aron e Touraine estão de acordo no que se refere ao caráter bastante desorientado do movimento. Para Aron, tratou-se de uma revolução não encontrável. E para Touraine uma fuga das questões universitárias para o comunismo utópico.

Neste sentido, é uma farsa, um psicodrama e não um acontecimento inédito, uma ruptura ou um novo começo revolucionário.

O pathos revolucionário e a pós-modernidade

Se minha tese sobre os movimentos de maio é correta, a pós-modernidade inaugura-se nesta época. Será que ela consiste, justamente, nesta multiplicação das tensões no tecido social? Seria a versão pós-industrial da luta de classes. Em lugar da clássica oposição entre dominadores e dominados, vemos surgir a estratégia sem sujeito tal como Foucault a formulou nos anos 70, subvertendo a dicotomia clássica que opõe quem tem poder e quem não tem. O poder não se detém, o poder se exerce. O poder nas sociedades pós-disciplinares se torna invisível, irreduzível a um centro visível, multiplicado e agenciado por diferentes atores e em diferentes lugares sociais, polímorfo como uma correlação de forças cujo resultado é sempre imprevisível. Nenhuma revolução seria encontrável desde então. Como Lacan profetizou na Faculdade de Vincennes, durante os acontecimentos de maio de 1968:

Aquilo a que vocês aspiram como revolucionários é um mestre. Vocês o terão [...] Não sou um liberal, como todo mundo, a não ser na medida em que sou anti-progressista. Com a única exceção que faço parte do único movimento que merece chamar-se progressista, pois é progressista ver fundar-se o discurso psicanalítico, na medida em que este completa o círculo que poderia, talvez, permitir-lhes situar aquilo contra quem exatamente vocês se revoltam. (Lacan, citado por Roudinesco, 1994, p. 344)

O psicodrama não cessa de se repetir. Nossa sociedade protagoniza uma incessante exigência de igualdade, uma recusa a toda e qualquer forma de autoridade, uma tendência exagerada a identificar agressores e vítimas, dominadores e dominados e a reclamar indenização pelos eventuais prejuízos que essas diferenças supostamente produzem. Desse ponto de vista, minha tese acerca do desmentido da castração renova-se ainda uma vez nesse artigo. A rejeição a toda falta – enquanto constitutiva do desejo – alimenta o desejo incansável de revolução que ainda se alastra no tecido social e ganha novos contornos. As diferenças sociais tendem cada vez mais a serem interpretadas nos termos do par dominador\dominado, muito embora esse modelo de exercício de poder não corresponda mais ao que se inaugura como uma nova modalidade de laço social na pós-modernidade. Porque ainda raciocinamos em termos de pretos e brancos, homens e mulheres, opressores e oprimidos, heterossexuais e gays, se o campo está aberto para produzirmos novas correlações de forças. Porque mulheres

bonitas e talentosas, capazes de conquistar um lugar ao sol, ainda se valem da sedução aos homens poderosos para realizar seus sonhos? Porque terminam por denunciá-los por assédio, reforçando a ideia de que as mulheres não passam de presas fáceis do poder masculino? Será que estamos mesmo na pós-modernidade? Como explicar o crescimento de uma tendência à vitimização em plena era das oportunidades?

Penso que a promessa de uma civilização onde todos os conflitos desapareceriam, em que uma utopia igualitária seria realizada graças ao desenvolvimento máximo dos ideais da modernidade científica, transformou-se em uma dívida de gozo que exige ser saldada a qualquer preço. Essa dívida tem que ser paga por meio de indenizações a todos aqueles que não se sentem contemplados suficientemente pelo avanço da civilização. Não pode mais haver nenhuma satisfação a menos, pois todas as formas de satisfação se tornaram direitos a serem exigidos pela via de uma judicialização crescente das diferenças sociais. O acirramento das reivindicações igualitárias não tem feito outra coisa senão aumentar a intolerância e até a violência entre opositores radicalizados.

Não é tarde demais para recordar, a título de conclusão, a advertência de Lacan (1959-1960/1988, p. 350) contra a adesão dos psicanalistas ao sonho de que não poderia haver satisfação de ninguém fora da satisfação de todos: “Direi que é na medida em que como diz Saint Just, a felicidade tornou-se um fator de política. É pelo fato da entrada da felicidade na política que a questão da felicidade não apresenta para nós como possível, a solução aristotélica, e que a etapa prévia se situa no nível da satisfação das necessidades para todos os homens.” Como se pode depreender deste pequeno trecho, a etapa prévia ao sonho igualitário, foi a crença na abundância dos recursos e a certeza de que todas as necessidades dos homens poderiam ser satisfeitas. É nesse ponto que a dimensão impossível do real foi rejeitada, a castração desmentida e o *pathos* revolucionário tornou-se um sintoma muito comum. Sintoma de quê? Da convicção profunda de que deve haver em algum lugar um Outro mau, um Outro de má vontade que conspira contra a realização do sonho de que todos os homens sejam felizes.

Observo que nem mesmo os psicanalistas levam a sério as evidências, claramente indicadas por Freud, de que o mal-estar na civilização não é eliminável: “Como vemos o que decide o propósito da vida é simplesmente o programa do princípio do prazer [...] ainda que seu programa encontre-se em desacordo com o mundo inteiro[...] Não há possibilidade alguma de que seja executado; todas as normas do universo lhe são contrárias. Ficamos inclinados a dizer que a intenção de que o homem seja ‘feliz’ não se acha incluída no plano da ‘Criação’.” (Freud, 1930/1974 p. 94-95) É desejável sonhar com dias melhores e conflitos

mais amenos. Mas rejeitar energeticamente as limitações inerentes ao laço social tem se mostrado a fórmula segura para uma infelicidade cada vez maior na cultura.

Concluo que a experiência recente da abundância econômica e de seus efeitos aceleradores do progresso tecnológico e do acesso a novos bens de consumo produziu uma mudança na relação do sujeito com o desamparo. Este último tornou-se inadmissível, devendo ser desmentido em todas as suas modalidades em benefício da afirmação de uma vontade ilimitada de felicidade que justifica que tenhamos nos tornado militantes vitimizados de causas impossíveis.

Notas:

1. Coelho dos Santos, T. 2015, 2016, 2017 e 2018.
2. Político britânico e primeiro ministro do reino unido de 1957 a 1963.
3. Romancista inglês, dramaturgo, roteirista, locutor e comentarista social.

Referências bibliográficas:

- Aron, R. (1968). *La révolution introuvable, réflexions sur la révolution de mai en toute liberté*. Paris : Editora Fayard.
- Coelho dos Santos, T. (2008a). A política do psicanalista: o saber da psicanálise entre ciência e religião. *Psicologia em Revista*, 14(1), 63-82. Belo Horizonte: PUC-MG.
- Coelho dos Santos, T. (2010, mai a out.). Ditadura da homogeneidade ou direito ao gozo autista do sinthoma? *Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana*, V(10).
- Coelho dos Santos, T. (2012, mai. a out.). O lugar certo onde colocar o desejo do analista na era dos direitos. *Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana*, 7(14), 14-26. Recuperado de http://www.isepol.com/asephallus/numero_14/artigo_01.html.
- Coelho dos Santos, T. (2014). Do supereu sujeitoado à lei simbólica à normatividade do laço social. In Coelho dos Santos, T., Martello, A. & Santiago, J. (Orgs.). *Os corpos falantes e a normatividade do supersocial* (pp. 27-63). Rio de Janeiro: Cia de Freud.
- Coelho dos Santos, T. (2015). O olhar sem véu: transparência e obscenidade. *Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana*, X (20) 4-15, Recuperado de http://www.isepol.com/asephallus/numero_20/index.html. Doi: 10.17852/1809-709x.2019v10n20p04-15
- Coelho dos Santos, T. (2016a). O Outro que não existe: verdade verídica, verdades mentirosas e desmentidos veementes. *Ágora*, (19), 565-582.
- Coelho dos Santos, T. (2016b). Desmentido ou inexistência do Outro: a era da pós-verdade. *Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana*, 11(22), 4-19. Recuperado de www.isepol.com/asephallus. doi: 10.17852/1809-709x.2019v11n22p04-19.

- Coelho dos Santos, T. (2017). Sobre o estatuto da lei e do Estado de Direito na psicanálise. In Coelho dos Santos, T & Malcher, F. (Orgs.). *Psicanálise no século XXI: ideologias políticas, subjetividade, laços sociais e intervenções psicanalíticas*. Curitiba: Editora CRV.
- Hobsbawn, E. (2015). *Revolucionários, ensaios contemporâneos*. São Paulo: Paz e Terra.
- Ferry, L. & Renaut, A. (1998). *Pensamento 68, ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo*. São Paulo: Editora Ensaio.
- Freud, S. (1974). *O mal-estar na civilização*. In *Edição Standard Brasileira*, (Vol. XXI, pp. 75-174). Rio de Janeiro: Imago (Trabalho original publicado em 1930).
- Forbes, J. (2012). *Inconsciente e responsabilidade: psicanálise no século XXI*. São Paulo: Manole.
- Judt, T. (2007). *Pós-Guerra, uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Judt, T. (1994). *Era dos extremos, o breve século XX 1914-1991*. Rio de Janeiro: Cia das Letras.
- Kurlansky, M. (2005). *1968, o ano que abalou o mundo*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Lacan, J. (1986). *O Seminário Livro VII: A Ética da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar (Trabalho original de 1959-1960).
- Touraine, A. (1968). *Le mouvement de mai ou le communisme utopique*, Paris: Éditions du Seuil.
- Touraine, A. (1998). *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Editora Vozes.